

# Abordagem prática ao procedimento de expropriação por utilidade pública

Online



7 horas

Preço : 159,00 € + IVA  
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1382

A expropriação por utilidade pública configura-se como um instrumento jurídico imprescindível e prévio à execução de empreitadas de obras públicas sempre que não é possível adquirir os bens imóveis pela via do direito privado.

## Destinatários



### Para Quem?

- Técnicos Superiores Juristas, Diretores/Assessores Jurídicos, Advogados e Consultores Imobiliários, Responsáveis de Planeamento e Urbanismo, Gestores de Património, Responsáveis de Investimentos imobiliários.



### Pré-requisitos:

- Não aplicável.

## Percurso de aprendizagem

### Sessão Formação - Online (2 dias / 6h00m)

#### A DELIMITAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA NA ORDEM JURÍDICA

- O direito de propriedade - limite e amplitude;
- A garantia constitucional do direito de propriedade;
- A ponderação entre a prossecução do interesse público e a proteção do direito de propriedade.

#### CONCEITOS ESSENCIAIS NO PROCEDIMENTO EXPROPRIATIVO

- O conceito de entidade expropriante;
- Bens expropriáveis;
- Os sujeitos e interessados no procedimento expropriativo;
- A constituição de servidões administrativas.

#### A FASE ADMINISTRATIVA DO PROCEDIMENTO ANTERIOR À DUP

- Os elementos instrutórios - processo urgente e não urgente;
- A resolução de expropriação;
- A tentativa de aquisição pela via do direito privado;
- O auto de expropriação amigável.

#### A FASE ADMINISTRATIVA DO PROCEDIMENTO POSTERIOR À DUP

- Tramitação procedimental;
- A Vistoria Ad Perpetuum Rei Memoriam;
- A posse administrativa;
- A constituição da arbitragem;
- A remessa do processo a tribunal;
- Os incidentes do processo expropriativo.

#### **A FASE JUDICIAL DO PROCEDIMENTO**

- A adjudicação da propriedade do imóvel à entidade expropriante;
- Recurso da decisão arbitral e restantes instâncias de recurso.

#### **O CONCEITO DE JUSTA INDEMNIZAÇÃO**

- A classificação dos solos;
- Os diversos métodos de cálculo dos bens expropriados;
- A valorização dos bens diversos da propriedade plena;
- A atualização da justa indemnização.

#### **AS GARANTIAS DO PARTICULAR NO PROCESSO EXPROPRIATIVO**

- O pagamento da justa indemnização;
- A arguição de irregularidades no procedimento;
- O pedido de expropriação total – pressupostos e procedimento;
- O Direito de reversão;
- A invocação da caducidade da DUP;
- A ação administrativa especial para impugnação da DUP.

#### **OS REGIMES ESPECIAIS DE EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA**

**DL 123/2010 de 12 novembro;**

**DL 15/2021 23 de fevereiro;**

- Simplificação do procedimento instrutório e a consequente celeridade na solicitação da DUP à entidade governamental competente;
- A dispensa da tentativa de aquisição pela via do direito privado;
- A competência para declarar a Utilidade Pública - Assembleia Municipal.



### **Objetivos**

- Identificar os conceitos essenciais ao procedimento expropriativo;
- Conhecer os procedimentos inerentes à fase administrativa do procedimento expropriativo até à resolução de expropriação – expropriação com e sem carácter de urgência – regime geral;
- Saber instruir o procedimento inerente à Declaração de utilidade pública;
- Conhecer toda a tramitação processual na expropriação litigiosa na fase administrativa;
- Conhecer a fase judicial do procedimento expropriativo;
- Identificar e conhecer o conceito de justa indemnização;
- Identificar a caducidade da declaração de utilidade pública e reversão dos bens expropriados;
- Conhecer o regime especial das expropriações cofinanciadas ao abrigo do DL 123/2010 de 12 novembro;
- Conhecer o regime especial e transitório das expropriações abrangidas no Plano de Estabilização Económica e Social DL 15/2021 de 23 fevereiro;
- Reconhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento de requisição de bens.



### **Métodos pedagógicos**

- Nesta formação são combinadas diferentes metodologias ativas (exemplos práticos e partilha de experiências entre os participantes), intercaladas com o método expositivo, de forma a facilitar a aplicação dos conceitos adquiridos.



## Pontos fortes

- Esta ação de formação fornece uma visão global e integrada de todas as etapas do procedimento, desde a resolução de expropriação até a adjudicação final da propriedade à entidade expropriante.

## Formadora



### **Ana Moreira**

Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1989).

Ampla experiência profissional no âmbito do direito administrativo, nomeadamente Código das Expropriações, Código do Procedimento Administrativo, Elaboração Regulamentar, Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, Regime Jurídico do Património Imobiliário Público (DL 280/2007), Atribuições e Competências dos Municípios e Entidades Intermunicipais, (Lei 75/2013) Regime Jurídico das Contraordenações, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Desde 2020 e até à atualidade é Diretora do Departamento Jurídico do Município de Matosinhos

De 2019 a 2020 foi Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos do Município de Matosinhos.



## Datas 2026 - Référence 1382



Últimas inscrições



Realização garantida

De 1 out a 3 out